

Relator surpreende e pede abertura de processo de cassação de ACM

Geraldo Mesquita diz haver provas de envolvimento no grampo da Bahia

Lydia Medeiros

• BRASÍLIA. Em decisão que surpreendeu o PFL, o senador Geraldo Mesquita (PSB-AC), relator do processo sobre a escuta telefônica ilegal na Bahia, pediu ontem ao Conselho de Ética do Senado a abertura de processo de cassação do mandato do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) por quebra de decoro parlamentar. Nas 27 páginas do relatório, Mesquita diz haver evidências claras do envolvimento do colega com o grampo de 232 telefones.

Entre esses indícios, diz o relator, está a gravação de uma conversa entre Antonio Carlos e o jornalista Luiz Cláudio Cunha, da revista "IstoÉ", apresentada ao conselho. O relator a transcreve parcialmente e conclui que a fita demonstra o conhecimento do senador de que o conteúdo dos grampos fora obtido de forma dolosa.

"Quem, em sã consciência, pode negar que o senador Antonio Carlos Magalhães se utilizou de informações que foram colhidas de forma criminosa para divulgá-las com propósitos escusos?", pergunta Mesquita no relatório, acrescentando que se o conselho decidir que a divulgação do conteúdo dos grampos for incompatível com o decoro, não há outra pena senão a perda do mandato.

Durante a sessão do conselho, o senador estava no plenário da Casa ouvindo discursos em homenagem ao deputado Luís Eduardo Magalhães, seu filho, morto em 21 de abril de 1998. Treze senadores, de todos os partidos, revezaram-se ao microfone, levando Antonio Carlos às lágrimas. A iniciativa da homenagem foi do senador baiano César Borges, suplente do PFL no Conselho de Ética.

O conselho só votará o relatório na terça-feira, porque os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Demóstenes Torres (PFL-GO) pediram vista do processo. O PFL deve apresentar voto em separado, pedindo uma pena mais branda para o senador, como a suspensão do mandato. Se o relatório de Mesquita for aprovado, caberá à Mesa Diretora decidir se aceita ou não a



Ailton de Freitas

ACM se emociona com os discursos em homenagem a Luís Eduardo

"Quem, em sã consciência, pode negar que o senador Antonio Carlos se utilizou de informações colhidas de forma criminosa para divulgá-las com propósitos escusos?"

GERALDO MESQUITA

Relator do processo sobre os grampos telefônicos na Bahia

representação. Cinco de seus sete integrantes são contados como votos favoráveis ao senador, inclusive o presidente José Sarney (PMDB-AP).

Mesquita recorreu a cinco séculos de filosofia, do florentino Nicolau Maquiavel ao alemão Max Weber, para tentar distinguir legalidade e moralidade, abordando o conceito

de ética. O líder do PFL, Agripino Maia (RN), classificou o texto de duríssimo:

— O senador Antonio Carlos não merecia isso! — disse.

O relator não deixou brechas para outras interpretações da participação de Antonio Carlos no caso dos grampos e lembrou que o senador já foi punido anteriormente pelo conselho. Foi

advertido por discutir em plenário com o então senador Jader Barbalho, em 2001, e no mesmo ano renunciou para evitar a cassação pela violação do painel eletrônico de votações.

"Se tolerarmos essas práticas, se não as coibirmos e não as penalizarmos como determina a Constituição, estaremos valendo-nos dos mesmos métodos utilizados para a consumação dos crimes que deram origem a esta averiguação, transformando leniência e complacência em convivência, e inação em omissão", diz o relatório. ■

► **NO GLOBO ON LINE:**

Ouçã a conversa entre ACM e o jornalista da "IstoÉ", que motivou a denúncia
www.oglobo.com.br/pais